



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

KIMBERLY PALMEIRA FIGUEIREDO

**VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL EM
JOÃO PESSOA-PB**

JOÃO PESSOA-PB 2017

KIMBERLY PALMEIRA FIGUEIREDO

**VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL EM
JOÃO PESSOA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

Área de concentração: Ecologia Humana

Orientador: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F475v Figueiredo, Kimberly Palmeira
Vulnerabilidade socioambiental na comunidade São Rafael
João Pessoa - PB [manuscrito] / Kimberly Palmeira Figueiredo. -
2017.
37 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa, Departamento
de Ciências Biológicas".

1. Vulnerabilidade. 2. Degradação. 3. Etnografia. I. Título.

21. ed. CDD 363.7

KIMBERLY PALMEIRA FIGUEIREDO

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL EM
JOÃO PESSOA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências
biológicas da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências biológicas.

Área de concentração: Ecologia Humana

Aprovada em: 02/05/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vancardêr Brito Sousa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr^a. Maria de Fátima Ferreira de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr^a Martha Simone Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus acima de tudo, por sempre está iluminando e guiando meus passos e minhas decisões nesses anos de estudos e por tudo que conquistei até hoje.

Agradeço aos meus pais: Kátia Virgínia Palmeira Figueiredo e José Alexandre Figueiredo e minha irmã Karen Palmeira Figueiredo pelo amor incondicional. Por sempre acreditarem e me apoiarem, respeitando sempre minhas decisões, e nunca deixando que as dificuldades acabassem com os meus sonhos. A todos os meus amigos e familiares que estiveram sempre do meu lado quando eu mais precisava.

A todos os professores e em especial ao meu orientador Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa por toda dedicação, atenção e conhecimentos transmitidos a mim. Muito obrigada por tudo, pela paciência, pela amizade e pelos ensinamentos que levarei para sempre.

As professoras Dr^a. Maria de Fátima e Dr^a. Martha Simone pela disponibilidade em fazer parte da banca examinadora.

Aos moradores da comunidade São Rafael pela participação e apoio, em especial aos coordenadores do CPCC sem os quais não seria possível a realização desta pesquisa.

RESUMO

O atual crescimento econômico e populacional tem exercido forte influência sobre a estruturação social e espacial das grandes cidades, acentuando a discrepância entre os espaços. Isso contribui para a degradação do meio ambiente no entorno da cidade e a qualidade de vida de muitos moradores. Com isso este trabalho pretende identificar situações de vulnerabilidade socioambiental na comunidade São Rafael no Município de João Pessoa, por meio da análise das narrativas e representações a respeito do ambiente e das situações de risco e vulnerabilidade, associadas à fundação e vida desta comunidade situada às margens do rio Jaguaribe. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a etnografia, que consiste na observação, e interpretação de características da comunidade a partir das perspectivas dos moradores, visando um melhor entendimento da dinâmica social e suas particularidades. Sobre a vulnerabilidade socioambiental foi possível observar que as áreas onde residem a população com menor poder aquisitivo são exatamente as mesmas áreas onde predominam os riscos ambientais e a ausência da atenção e investimentos do poder Público.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Degradação. Etnografia .

ABSTRACT

The current economic and population growth it has exerted a strong influence on social and spatial structuring Of big cities, accentuating the discrepancy between spaces. This contributes to the degradation of the environment around the city and the quality of life of many residents. This work intends to identify situations of socio-environmental vulnerability in the São Rafael community in the municipality of João Pessoa, through the analysis of narratives and representations about the environment and situations of risk and vulnerability, associated with the foundation and life of this community situated on the banks of the Jaguaribe River. The methodology used to perform this work was ethnography, which consists of observation, and interpretation of community characteristics from the perspectives of the residents, aiming at a better understanding of the social dynamics and its particularities. Regarding socio-environmental vulnerability, it was possible to observe that the areas where the population with the lowest purchasing power reside are exactly the same areas where the environmental risks predominate and the absence of the attention and investments of the Public power.

Keywords: Vulnerability. Degradation. Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização da comunidade São Rafael na cidade de João Pessoa	10
Figura 2	Imagem aérea da comunidade São Rafael	10
Figura 3	Comunidade São Rafael em 2002	24
Figura 4	Parte alta da comunidade São Rafael	25
Figura 5	Parte baixa da comunidade São Rafael	26
Figura 6	Poluição próximo ao rio Jaguaribe	28
Figura 7	Casas as margens do rio Jaguaribe	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 Área de estudo.....	09
1.2 Objetivos.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 Etnografia e Vulnerabilidade Socioambiental.....	16
3 METODOLOGIA.....	21
4. RESULTADOS.....	22
4.1 Histórico da comunidade.....	22
4.2 A comunidade São Rafael e o Rio Jaguaribe.....	26
4.3 Situação atual da comunidade.....	31
5 CONCLUSÕES.....	33
6 REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende identificar situações de vulnerabilidade socioambiental na comunidade São Rafael no Município de João Pessoa, por meio da análise das narrativas e representações a respeito do ambiente e das situações de risco e vulnerabilidade, associadas à fundação e vida desta comunidade situada às margens do rio Jaguaribe, de domicílios localizados em áreas de risco ambiental como, por exemplo, áreas muito próximas de rios, no caso do presente trabalho damos destaque aos moradores residentes próximo ao rio Jaguaribe. Vamos considerar a noção de população em vulnerabilidade social, como aquela que se encontra residente em áreas periféricas, e são privadas de serviços públicos, e como consequência disso habitam áreas de risco ambiental como enchentes deslizamentos, e precárias condições sanitárias. Tornando-se visível relação entre exposição a riscos ambientais e precariedade de acesso a serviços públicos.

Nos últimos anos, a globalização, o crescimento econômico e populacional, tem exercido forte influência sobre a estruturação sócio espacial das grandes cidades, acentuando discrepância entre os espaços. Enquanto em alguns lugares se concentram a parcela da população com maior poder aquisitivo, que contam com uma boa infraestrutura, boa qualidade de vida, e os bens de serviço oferecidos pelo Estado, outros se caracterizam pela ausência de qualidade de vida, falta de investimentos e assistência, e é geralmente nesses lugares que residem à parte da população de baixa renda. Todo esse processo contribui para um agravamento das desigualdades sociais, que pode determinada pelas condições sociais, o poder aquisitivo da população, e distribuição dos serviços públicos (ALVES, 2007).

De acordo com Duarte (2009), as áreas habitadas por grupos sociais sem acesso aos serviços públicos e a uma boa qualidade de vida, que concentram a falta de investimento, a ausência de políticas de controle, e a moradia de risco. É visto que estes locais que possuem uma baixa concentração de serviços coletivos e de investimentos públicos na infraestrutura do território, não apresentam uma estrutura de oportunidade para a vida da população, e tornam-se possíveis lugares de moradia da população mais desfavorecida, vulnerável, que se insere de maneira informal no espaço urbano, ocasionando assim a desproteção social das comunidades com menor poder aquisitivo.

Assim, esses locais sem infraestrutura, e sem qualidade de vida, formam áreas de risco, gerando assim um quadro de desigualdades sociais, territorial e ambiental. Implicando assim num quadro de vulnerabilidade socioambiental, “Resultante da incapacidade da população vulnerável de se aproveitar da estrutura de oportunidades oferecidas na cidade” (DANTAS; CLÉLIA, 2009).

A vulnerabilidade é uma noção que envolve múltiplos fatores, desde os sociais, econômicos, culturais, e ambientais, que podem afetar a qualidade de vida da população, sua exposição ao risco, e sua capacidade de enfrentá-los. Uma comunidade que se encontrar em um quadro de vulnerabilidade socioambiental, não tem a possibilidade de enfrentar as condições adversas do meio, tornando-se mais frágil aos danos.

Assim, a vulnerabilidade social se encontra diretamente relacionada com grupos socialmente vulneráveis, ou seja, indivíduos que, por determinadas características ou contingências, são menos propensos a uma resposta positiva mediante algum evento adverso. Nesses termos, a noção de risco torna-se fundamental para o desenvolvimento do estudo da vulnerabilidade (DESCHAMPS, 2004 P.19).

Nesse sentido, os riscos ambientais são distribuídos de maneira desproporcional, de forma que os mais afetados são as pessoas de baixa renda, já que os locais mais acessíveis para sua moradia são aqueles com péssimas condições de vida, com precariedade do saneamento básico, com um quadro de degradação de recursos naturais, sem política de controle urbano e ambiental, sendo assim para eles a ocupação irregular dessas áreas a única alternativa de moradia, demonstrando assim uma interligação dos riscos sociais e ambientais afetando os mais pobres.

A percepção dos indivíduos de uma comunidade envolvida numa situação de risco é importante para identificação da vulnerabilidade ambiental e social e também para intervenção sobre o problema, e contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a situação envolvida para tomada de ações e mudança de comportamento. O fator social, ecológico e cultural contribui para ampliar a percepção dos riscos, melhorando a resposta ao risco e o comportamento dos indivíduos que estão frente ao risco (RAMALHO, 1999).

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a Vulnerabilidade Socioambiental na Comunidade São Rafael a partir da Percepção Ambiental de seus moradores.

Objetivos específicos

- Analisar a constituição histórica da comunidade em face da condição de vulnerabilidade socioambiental.
- Analisar os riscos ambientais a partir da experiência dos moradores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Vulnerabilidade é em geral um termo, aplicado no sentido de riscos e perigos, resultando de fatores físicos, ambientais e, sociais, aumentando a susceptibilidade a danos, tensões sociais e degradações ambientais. Pode ser considerado um grau de suscetibilidade ou de risco a que está exposta uma população de sofrer danos. Um conceito bem amplo de vulnerabilidade foi proposto por (ADORNO, 2001, p.12).

O termo vulnerabilidade carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais.

Em relação à vulnerabilidade deve-se estudá-la como um processo, que inclui a discussão de diversos temas, especialmente no campo ambiental, social e dos direitos humanos. A vulnerabilidade é vista como a vivência de um grupo, ou indivíduo, em uma situação de insegurança, e fragilidade dos seus direitos, como segurança, saúde, e moradia de boa qualidade. A vulnerabilidade pode ser vista como uma relação entre risco, e a exposição da população ao risco.

Para Alves e Torres (2006) as situações de vulnerabilidade socioambiental podem ser definidas como a sobreposição de problemas e riscos sociais e ambientais, que se concentram em determinadas áreas, fazendo com que situações de pobreza e vulnerabilidade social, presentes em muitas áreas periféricas sejam agravadas por exposição a riscos e degradação ambiental, tais como enchentes, deslizamentos de terra, poluição, etc. Assim, o conceito de vulnerabilidade socioambiental está relacionado aos fenômenos de sobreposição espacial e interação entre problemas e riscos sociais e ambientais.

Moser (1998) apresenta três elementos que estão presentes em conjunto com a vulnerabilidade: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco. De maneira que a vulnerabilidade é o reflexo de uma sociedade exposta a algum risco, a insegurança, e a condições instáveis de sobrevivência.

Esses riscos a quais grupos sociais são expostos podem ser de diversos tipos, geralmente associados a acidentes naturais e condições de habitação que trazem algum tipo de prejuízo para a população, como enchentes, deslizamentos e terra e, poluição. Assim a vulnerabilidade socioambiental é vista como uma sobreposição entre a população mais pobre sem acesso aos serviços públicos e áreas de risco e degradação ambiental.

Carvalho (2012) explica que o fato de que determinadas áreas estejam em situação de vulnerabilidade é uma decorrência da interação entre processos ambientais, processos econômicos e processos sociais. E é devido ao acelerado crescimento das cidades, não acompanhado pelo ato de planejar sua ocupação e expansão, certos problemas urbanos têm sido potencializados e adquirido um caráter de vulnerabilidade social e ambiental. E isso pode resultar em graves problemas, a exemplo da degradação ambiental, escassez de recursos, poluição e redução da qualidade de vida da população.

Esse processo de expansão urbana, acompanhado de uma ineficácia de planejamento, ocasiona uma série de impactos negativos para a sociedade, como o processo de exclusão social, que vem junto com uma escassez de moradia de baixo custo, impulsionando assim, a população a construir suas próprias casas de forma irregular, em busca de moradias de baixo custo, e conseqüentemente, essa prática leva ao surgimento de lugares vulneráveis e a um processo de degradação ambiental. Então está dinâmica de ocupação faz com que grande parte das áreas urbanas de risco e proteção ambiental, esteja ameaçada pelas ocupações precárias da população de baixa renda, por falta de alternativas de moradia de baixo custo.

Segundo Katzman (2005) os lugares vulneráveis são aqueles nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais e trabalho, e de participação e acesso diferencial a informação e as oportunidades. São lugares caracterizados, pela precariedade de serviços urbanos, e habitados pela população de baixa renda, que estão à procura de moradias de baixo custo, e por essa necessidade, acabam construindo suas casas em locais irregulares, e tornam-se expostos a péssimas condições sociais e a diversos tipos de risco.

Observa-se uma tendência de os grupos de mais baixa renda residirem em áreas com más condições de infraestrutura e em situações de risco e degradação ambiental, tais

como terrenos próximos de cursos d'água e de lixões ou com alta declividade. A explicação mais geral é a de que estas constituem as únicas áreas acessíveis à população de mais baixa renda, seja porque são públicas e/ou de preservação (invadidas), seja porque são muito desvalorizadas no mercado de terras, devido às características de risco e à falta de infraestrutura urbana (ALVES, 2007 P 2-3).

E isso ocorre na maioria das vezes, devido à baixa condição financeira de parte da população de se estabelecer em zonas centrais da cidade, e acabam construindo suas casas em terrenos irregulares, resultando em construções inadequadas de moradias e ocupações irregulares no entorno de recursos naturais, pois é próximo de rios, córregos, e matas que eles encontram espaço para estabelecer moradia, caracterizando assim áreas com ausência de serviços públicos, como saneamento básico inadequado, ou até mesmo a ausência deste em algumas comunidades, acondicionamento impróprio do lixo, muitas vezes a céu aberto, e também uma falta de reflorestamento ambiental, assim todos esses aspectos favorece o crescimento dos impactos ambientais, e exposição ao risco.

Assim é que, ao se encontrarem expostas a fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais impactantes e de ordem eventual e/ou catastróficos, parcelas importantes da população passaram a evidenciar condições de risco ambiental (MENDONÇA, 2004, p.141).

Os riscos ambientais são distribuídos territorialmente nas cidades de acordo com as condições financeiras de cada indivíduo, ou seja, os mais favorecidos não estão ao alcance das consequências causadas pelos riscos, e os mais pobres continuam sujeitos a esses riscos. Assim há uma relação direta entre a exposição a riscos ambientais, a precariedade de moradias, e a falta de acesso aos serviços públicos, ou seja, a falta de infraestrutura urbana expõe a população aos riscos.

Isso porque é possível constatar que sobre os mais pobres, desprovidos de poder, recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente, seja das condições dos locais habilitados para a habitação dos mais pobres. O que se busca evidenciar são processos de sobreposição dos riscos sociais e ambientais transferidos aos mais pobres. (DUARTE, 2009 P.1)

Observa-se, que o risco ambiental segue padrões de desigualdade e segregação social que marcam a estruturação das cidades. Ou seja, são as populações menos favorecidas, por características de renda, que residem ou utilizam os territórios degradados, de maior vulnerabilidade ambiental, o que as coloca numa situação de risco ao desastre ambiental, uma vez que se sobrepõem vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais. É visto que os locais mais afetados, por inundações e deslizamentos são aqueles habitados por populações

mais carentes, onde as condições de moradia são precárias e existem debilidades na infraestrutura urbana.

Dentre os riscos ambientais destacam-se a poluição dos recursos hídricos, do ar, o lançamento de esgoto a céu aberto, erosões de solo devido a ocupações irregulares, enchentes desabamentos, afetando a população de baixa renda que ocupa essas áreas. O risco indica as chances de susceptibilidade de um grupo ou de um indivíduo a um determinado agente agressor, que nesse caso destacam-se as inundações, os deslizamentos, e contaminações.

A identificação da vulnerabilidade ambiental de um território é fundamental para análise dos riscos que aquele território pode oferecer, e também para identificar até que ponto os recursos pode ser explorado e a fragilidade do local. “Muitas pessoas e lugares são afetados por mudanças nos ecossistemas e nos serviços ecossistêmicos, estando altamente vulneráveis a efeitos negativos com significativos danos ao bem-estar” (KASPERSON et al. 2005).

2.1 Etnografia e Vulnerabilidade Socioambiental

A Etnografia é uma metodologia de pesquisa de campo intensiva que surgiu com a Antropologia, que tem como objetivo o estudo, e análise de grupos sociais, o comportamento desses grupos e sua relação com o meio, esse método traz contribuições importantes para pesquisas relacionadas com a sociedade, pois preocupa-e com as estruturas sociais, e a dinâmica da ação humana.

A etnografia é uma abordagem de pesquisa que traz diversas contribuições importantes ao campo das pesquisas qualitativas, principalmente aquelas que envolvem os estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão. Segundo Creswell (2010, p. 37) a etnografia é uma estratégia de investigação em que o pesquisador estuda um grupo em seus aspectos culturais e sociais durante um período de tempo.

Bronisław Malinowski e Franz Boas foram os primeiros autores a se interessar pelos estudos com etnografia. “Boas traçou os primeiros passos da Etnografia, demonstrando a real necessidade da presença física do pesquisador em campo e da sua total imersão na cultura estudada” (OLIVEIRA, 2014 p.3).

O método de pesquisa etnográfica é uma abordagem de forma qualitativa que compreende o conhecimento e análise do estilo de vida da sociedade, visando um melhor

entendimento da dinâmica social e suas particularidades, acerca de informações obtidas através da investigação direta com o grupo. Nesse caso, o trabalho de campo é orientado pela observação e descrição aprofundada dos acontecimentos.

Para Geertz a etnografia é um método interpretativo que, explica os costumes e as formas culturais de um povo, mas não se distanciando do que realmente acontece, é uma forma de se aproximar da realidade vivida por uma comunidade, e entender o que acontece, estando presente no acontecimento. A antropologia interpretativa exige grande rigor e precisão conceitual. Para isso é necessário fazer descrições minuciosas da forma de viver de um grupo, não é preciso se tornar um “nativo”, mas é preciso conversar com eles, se “infiltrar” no objeto de estudo, compreender a cultura desse povo e suas particularidades de forma interpretativa.

A descrição densa caracteriza a forma como um antropólogo deve proceder seus estudos. O antropólogo deve descrever seu objeto de estudo em seus diversos aspectos, levando em consideração tudo que está em torno da sua vida social. Não bem os fatos em si, mas a ação social destes fatos. A pesquisa deve ser interpretativa em busca de significado, buscando explicar e interpretar expressões sociais que são “enigmáticas na sua superfície” (GEERTZ, 2008, p.4).

A etnografia não é apenas uma técnica, mas um método interpretativo, que leva ao pesquisador a buscar não só a fatos, mas também aos seus significados, levando em conta todas as suas características. O fazer etnográfico leva junto à teoria e a prática, ou seja, o trabalho em campo caminha em paralelo com a teoria. As informações que obtemos em campo são transformadas em reflexão. O que importa é buscar o que está sendo transmitido no comportamento humano, para um maior entendimento da sua cultura, ou parte dela.

Para Gilberto Velho na sua obra o Desafio das cidades (Velho,1980), entrevistar um informante é diferente de conversar com ele, pois a diversos fatos e fenômenos de grande importância que podem não ser notados em simples perguntas, mas sim observados e interpretados apenas com um longo período de conversa e um envolvimento do pesquisador com objeto de pesquisa, é o que ele chama de observação participante, na qual o pesquisador para interpretar aspectos da comunidade estudada é necessário um contato, uma vivência por um período de tempo, pois existem características que não estão explícitas, que precisam de um esforço maior de um olhar mais detalhado para serem identificadas.

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos

sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento. (FERNANDES, 2011 p.2).

Na observação participante a pesquisa é realizada em contato direto com o sujeito pesquisado, sendo o pesquisador o instrumento da pesquisa, na coleta e interpretação de dados. É caracterizada por uma interação social entre o pesquisador e o objeto de estudo, permitindo assim um acompanhamento do cotidiano do sujeito observado, e uma melhor compreensão de suas ações e a realidade vivida por ele.

No texto O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”, o autor Roberto Damatta (1978) afirma que a ida ao campo significa um afastamento geográfico considerável com relação ao seu meio, e o conhecimento de uma cultura que não a sua. Para ele na etnologia existem três fases da pesquisa, a primeira refere-se à parte inicial, teórica e conceitual, a segunda refere-se à fase prática em que o pesquisador se prepara para ir ao campo e a fase final o pesquisador sai da sua zona de conforto, vai ao campo, e se depara com uma realidade totalmente diferente.

A etnografia utilizada na pesquisa científica preocupa-se primeiramente com a análise holística da cultura local e como ela reflete na ação humana, de forma que nesse método um dos objetos de estudo é o comportamento do ser humano e suas relações sociais.

Tanto a etnografia mais tradicional [...] quanto a mais moderna [...] envolvem longos períodos de observação, um a dois anos, preferencialmente. Este período se faz necessário para que o(a) pesquisador(a) possa entender e validar o significado das ações dos(as) participantes, de forma que este seja o mais representativo possível do significado que as próprias pessoas pesquisadas dariam a mesma ação, evento ou situação interpretada. (MATTOS, 2001 p.2).

A etnografia compreende um método que possibilita um exercício reflexivo da apreensão da realidade do sujeito em questão, e isso requer um pouco mais do que uma simples técnica, é preciso um maior envolvimento com o grupo em questão, requer o desenvolvimento de outra sensibilidade para compreender e transcrever a realidade social, o mais próximo possível da sua realidade.

Renzo Taddeli e Ana Laura Gamboggi (2011) retratam as formas de práticas etnográficas, dentre as quais se destacam a permanência do pesquisador no local de trabalho por períodos longos. Para os autores a pesquisa de campo demanda planejamento, preparação, e uma grande dose de esforço pessoal e perseverança. Os pesquisadores que utilizam a

abordagem etnográfica precisam de uma preparação antes de ir para o campo, e logo em seguida começar as pesquisas em campo.

A metodologia etnográfica no ramo de pesquisas ecológicas e sociais trata-se de um estudo que correlaciona meio ambiente e a cultura dos povos como se destaca no trabalho de SILVEIRA (2007) e a interação de populações humanas com o ambiente sob o ponto de vista da ecologia e antropologia. Os pesquisadores nesse ramo procuram aprofundar-se nos conhecimentos socioecológicos, a partir de observações e vivências diretas com os grupos sociais.

Foi com o advento desses estudos que surgiu um novo ramo, a “Ecologia Política” um ramo da ciência ecológica para uma melhor análise e em busca de soluções para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades enfrentam hoje, já que os eventos de degradação ambiental vêm se intensificando e afetando cada vez mais a sociedade.

Alpina Begossi (1993) destaca que a ecologia, antropologia, sociologia e outras áreas afins, todas possuem um ponto em comum, que é o estudo da relação homem-natureza e os fatores que afetam essa relação, e estão todas unificadas em uma única área que é a “ecologia humana”. Já Natalia Hanazaki (2008) destaca as áreas da etnoecologia e etnobiologia nos estudos da relação homem-natureza, que também estão relacionadas à antropologia, segundo ela a etno ecologia é o estudo da ecologia de um dado grupo local buscando compreender a história natural de uma população local e também a percepção do uso dos recursos naturais sem ignorar os aspectos culturais e políticos do grupo social.

Os pesquisadores que se baseiam no conceito da ecologia política como sua abordagem científica, necessitam lidar simultaneamente com as dimensões social e ecológica, e não simplesmente o ambiental ou o social separado, utilizando de conhecimentos das ciências naturais e das ciências sociais, dessa maneira auxiliando aos pesquisadores a identificar a realidade socioambiental.

É de extrema importância em pesquisas socioambientais, que o pesquisador tenha uma vivência com o grupo social. É necessário então que o etnógrafo tenha assim uma maior proximidade e visibilidade do dia a dia da população para manter um contato direto com a população local, pois é preciso coletar e registrar variados aspectos de vida do grupo, principalmente aqueles ligados o tema central da pesquisa e registrar detalhadamente os

processos sociais e culturais do cotidiano da comunidade facilitando assim a identificação da dinâmica interna, e conflitos desta comunidade.

Pois é a partir da experiência da comunidade que se adquire informações da dinâmica, e sobrevivência da população em um local degradado. “O estudo social enquadra-se na pesquisa aplicada porque responde aos problemas sociais de ordem prática” (BAPTISTA, 2001, p.35).

Renzo Taddeli e Ana Laura Gamboggi (2011) também destacam que “Malinowski recomendou que a etnografia procurasse focar em três dimensões da realidade social do grupo estudado: em primeiro lugar, a organização do grupo e a “anatomia da sua cultura” devem ser investigadas, em suas linhas gerais”. Depois atentar-se ao cotidiano e ao comportamento do grupo, e, por fim, fazer todos os registros necessários. Assim para os autores:

O final do processo etnográfico consiste na escrita etnográfica propriamente dita. “Escrita” aqui pode ser tomada como termo genérico para a organização dos dados e análises para posterior divulgação [...] (TADDELI; GAMBOGGI, 2011 p.18).

As pesquisas no contexto socioambiental não devem discutir somente o meio ambiente físico, mas também deve contextualizar a população local e suas condições de vida, sendo necessário destacar nas pesquisas o levantamento de fatos ocorrentes na comunidade, conscientização e sensibilização do público alvo e uma comunicação adequada com esse público.

As mudanças nos ecossistemas ocorreram como consequência do desenvolvimento econômico o que contribuiu para a degradação ambiental. No entanto, com o aumento populacional, e conseqüentemente a intensificação da urbanização, as cidades surgem sem um prévio planejamento urbano ambiental o que poderia evitar impactos no meio ambiente local. Essa falta de planejamento causa um crescimento das condições precárias das moradias.

Os estudos no campo socioambiental têm um objetivo importante que é verificar e analisar se no espaço estudado existe alguma correlação entre grupos socialmente vulneráveis e risco ambiental. O contexto socioambiental e sociocultural são objetos importantes na formação da percepção humana em relação ao risco.

A percepção dos indivíduos de uma comunidade envolvida numa situação de risco é importante para a intervenção sobre problema e também contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a situação envolvida para tomada de ações e mudança de comportamento.

O fator social, ecológico e cultural contribui para ampliar a percepção dos riscos, melhorando a resposta ao risco e o comportamento dos indivíduos que estão frente ao mesmo.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico consiste numa série de normas e finalidades para promover um estudo. Os métodos e técnicas utilizados para o desenvolvimento desse trabalho, quanto à abordagem da pesquisa, foi o método da pesquisa etnográfico. Optou-se por esse método por possibilitar um estudo mais holístico, contribuindo para a análise das desigualdades socioeconômicas e ambientais no espaço urbano.

Foi realizado à construção de um referencial teórico e metodológico sobre o tema vulnerabilidade social e ambiental, com as definições e discussões de alguns conceitos-chave. Concomitantemente, também foi definido o quadro conceitual metodológico necessário para dar sustentação à opção pela etnografia como estratégia de estudo, que consiste na observação, e interpretação de características da comunidade a partir das perspectivas dos moradores, visando um melhor entendimento da dinâmica social e suas particularidades.

A pesquisa de campo consistiu primeiramente num processo de inserção na comunidade, para poder começar a criar relações com os moradores. Uma vez inserida na comunidade as visitas consistiram, na observação e descrição aprofundada dos relatos dos moradores. As visitas foram caracterizadas por momentos longos de observações e conversas com os moradores. A cada visita foi feito as transcrições das observações e entrevistas em um sistema de anotações, no qual chamei de diário de campo. Todos os fatos, e impressões observadas foram anotadas, as entrevistas foram transcritas e analisadas, e depois relacionadas com os fatos observados, e, por fim, juntar todos dados viáveis e colocá-los em forma de texto.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A comunidade São Rafael situa-se na margem oposta da BR-230 em relação ao conjunto habitacional Castelo Branco na cidade de João Pessoa-PB (Figura1). Essa comunidade é situada numa área de depressão entre os bairros da Torre e do Castelo Branco. Ao norte a comunidade faz fronteira com outra comunidade: Padre Hildon Bandeira e ao sul a Avenida Dom Pedro II e o Jardim Botânico de João Pessoa (Figura 2).

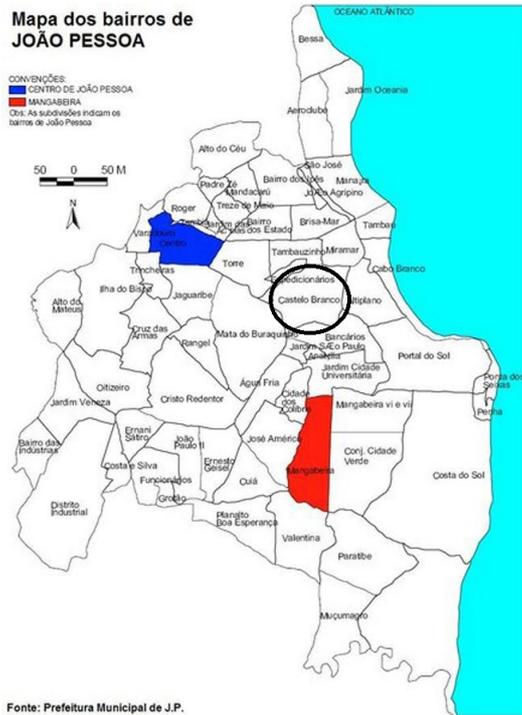


Figura 1: Localização da comunidade São Rafael na cidade de João Pessoa. Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa.



Figura 2: Imagem aérea da comunidade São Rafael Fonte: Google Maps

Pela composição geográfica da comunidade São Rafael, percebemos que existem duas áreas distintas, uma delas situada em um terreno mais elevado que se encontra próximo a BR-

230, é onde encontramos os postos de atendimento e serviços públicos, como as escolas, postos de saúde, e também a rádio comunitária. Já na outra parte da comunidade a que se situa no terreno mais baixo, às margens do rio Jaguaribe, e mais importante em face dos objetivos desse trabalho, sendo frequentemente sujeita a alagamentos. Criando assim, uma espécie de subdivisão entre a área “mais desenvolvida” e a “menos desenvolvida” nos fazendo perceber que dentro dessa comunidade existe um centro e uma periferia (GOMES, 2008, p. 16).

Esta comunidade surgiu durante a década de 1970 por meio de um processo de ocupação de uma área que antes era constituída por uma granja, que foi repassada para o estado, para construção do bairro Castelo Branco. As primeiras famílias vinham de cidades do interior e de outras localidades da cidade, e lá encontraram oportunidade para construir estruturas de moradia. Os moradores mais antigos relatam histórias do desenvolvimento da comunidade através de suas vivências, destacando questões fundamentais para o desenvolvimento do estudo. Assim os depoimentos desses moradores possam contribuir para o resgate do histórico da comunidade.

A partir dos 1970 a cidade João Pessoa tem experimentado um forte crescimento populacional alavancado pela imigração de pessoas que saem do interior do Estado em busca de melhores condições de vida na capital. Assim aquelas pessoas que não tiveram acesso financeiro para ter uma moradia de qualidade, se viram obrigadas a morar em áreas sem regularização fundiária, optando por construções irregulares, construindo casas com estrutura física precária em regiões com baixa, ou nenhuma infraestrutura urbana e social, muitas vezes construindo suas moradias em regiões ribeirinhas, característica marcante da comunidade São Rafael que se localiza às margens do rio Jaguaribe.

A ocupação das margens deste rio já acontece desde a década de 1970, e hoje o Vale do Rio Jaguaribe já possui cerca de 25 comunidades em toda sua extensão, o que colabora para o aumento da poluição que o mesmo sofre todos os dias. O rio Jaguaribe foi transformado em um imenso esgoto doméstico a céu aberto, e em decorrência da poluição dessas águas, as comunidades ribeirinhas que ocupam suas margens, sofrem diversas doenças causadas pela poluição (SOUZA, 2001, p. 3,4).

Com o rio Jaguaribe é um rio urbano, que ao longo do tempo vem perdendo sua qualidade ambiental. A Bacia do Rio Jaguaribe é composta pelos seguintes bairros: Jaguaribe, Esplanada, Castelo Branco, Rangel, Oitizeiro, Brisamar, Torre, Cruz das Armas, Tambauzinho, Cristo Redentor, Expedicionários, Miramar, Altiplano, Bancários, Tambaú, Manaíra, Altiplano, José Vieira Diniz, Ernani Sátiro, Jardim Veneza, São José, Cidade dos Funcionários, Cabo Branco, Jardim Cidade Universitária e João Agripino, sendo que alguns

destes bairros estão inseridos na sua totalidade na bacia, enquanto outros, apenas uma pequena parcela do seu território. Os bairros que ocupam maior espaço dentro da bacia são, Castelo Branco, Altiplano, Jaguaribe, Torre, Cruz das Armas e Miramar (OLIVEIRA, 2001, p.11). Sendo assim o rio Jaguaribe sofre influência de todos esses bairros, o que ajuda no seu processo de degradação.

Esse problema é ocasionado devido à ausência de implementação de políticas públicas de moradia popular que supere as condições de pobreza, falta de fiscalização e conscientização ambiental, e planejamento urbano resultando assim em uma degradação do meio natural, principalmente devido à deposição de resíduos sólidos. Com o crescimento das cidades e da população, o aumento da desigualdade social e a falta de planejamento ecológico, trouxeram os rios urbanos à situação em que se encontram hoje.

A poluição do rio Jaguaribe é consequência da destinação irregular dos resíduos sólidos, e isso implica em danos ambientais e sociais que devem ser sanados, pois tais problemas não geram apenas a degradação ambiental, demonstra o descaso da sociedade perante sua história que está intrinsecamente ligada a esse corpo hídrico (PEREIRA, et.al; 2012 p.1).

Para Alves (2009) o rio Jaguaribe está localizado numa área totalmente urbana. As transformações que ele vem passando durante os anos são decorrentes dos processos de expansão urbana, resultando sérios impactos sobre o meio natural e sociais, decorrentes da pobreza geral das populações, que por necessidade, se instalaram nessas áreas de forma irregular.

4 RESULTADOS

4.1 HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Quando iniciei a pesquisa sobre vulnerabilidade socioambiental, primeiramente pensei em como me aproximaria da realidade local da comunidade estudada, por ser um ambiente novo e desconhecido. O ponto de partida foi o processo de levantamento bibliográfico, para primeiramente obter um conhecimento teórico do tema e da ferramenta metodológica que seria utilizada, neste caso a etnografia. Inicialmente fiz uma busca por organizações que já trabalhavam na comunidade, como a ONG Eссор, fundada em 1992 por pessoas com desejo de se implicar nas ações de solidariedade e ajuda humanitária, e com parceria com o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), localizado na comunidade, que juntas promovem

ações de movimento social, as quais têm colaborado com o processo de transformações locais da Comunidade São Rafael e vizinhanças. E foi através dessas organizações que minha entrada na comunidade se tornou menos complicada.

Um dos momentos significativos de minha aproximação do campo foi quando conheci uma das coordenadoras do CPCC ao apresentar os objetivos do trabalho, senti um ar de desconfiança da sua parte, pois segundo ela, várias pessoas faziam uso da comunidade para pesquisas, e simplesmente sumiam, sem sequer concluir a pesquisa, e dessa forma eles se sentiam usados, e nesses casos não viam nenhum lado positivo para o local.

No primeiro contato que tive com a São Rafael, esta mesma coordenadora me apresentou a um senhor que também era coordenador do CPCC e um dos mais antigos moradores da comunidade, me ajudou bastante a conquistar a confiança dos moradores em relação a minha pesquisa.

Na nossa primeira conversa, expliquei para ele o motivo da minha presença, e de imediato ele mostrou total interesse em me ajudar, me proporcionando toda ajuda possível, principalmente porque com sua ajuda a maiorias das pessoas aceitaram participar das entrevistas.

Ele começou me levando a ser apresentada à comunidade, me levou nas casas dos moradores mais antigos, aqueles que participaram da fundação da comunidade, bem como daqueles moradores que eram vítimas das enchentes, dentre outros que foram importante para pesquisa.

As primeiras visitas serviram para compreender a estrutura da comunidade e começar a analisar o seu funcionamento cotidiano. Quando chegava para conversar com os moradores, alguns me convidavam para entrar nas suas casas, já outros não, preferiam ficar conversando do lado de fora, ocorreu algumas vezes ao abordar pessoas que estavam sentada em frente a algum bar, mercado, ou sentadas em uma calçada, chegando aos mesmos através do senhor coordenador do CPCC que sempre fazia as apresentações.

Durante as conversas, moradores que residem há bastante tempo na comunidade, informam que esta teve início antes da década de 1970, antes disso era localizado um sítio, que foi destruído quando o governo decidiu iniciar as obras para construir o bairro Castelo Branco alguns anos depois, moradores que vinham de cidades do interior, ou até mesmo de outros bairros, cujo a moradia tinha um custo elevado, vinham em busca de moradias de baixo custo e melhores condições de vida, e acharam nesta porção de terra uma oportunidade de construir suas casas gastando pouco, e viver com sua família.

Assim esse local, foi sendo ocupado por famílias de baixa renda, por pessoas vindas do interior, a maioria das vezes com o sonho de ter uma casa própria, dessa forma começaram a construir suas próprias casas, sendo elas de taipa, nas margens do rio Jaguaribe, sem nenhuma intervenção governamental, sendo moradias ilegais, de pequeno porte e muitas vezes inacabadas, que serviam de casa própria para família.

Sobre esta questão o trabalho de Corrêa acrescenta:

Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. (CORRÊA, 2002, p. 4).

Inicialmente estas casas não apresentavam uma rede de esgoto, o esgoto produzido era destinado diretamente para o rio, também não havia energia, nem pavimentação das ruas como foi dito por uma moradora: “Faz uns 42 anos que vim morar aqui, não tinha energia, nem água, agora está bem melhor” (Figura 3). Moradores destacaram que quando um membro de uma família construía uma casa, parentes de outras cidades ou outros bairros vendo que essa era uma boa alternativa também começavam a construir suas casas, desenvolvendo-se assim uma pequena comunidade, e foi a partir desse crescimento populacional que o rio Jaguaribe foi começando a ser poluído “Era lindo o rio, mas depois que começou a aumentar a população, ele se acabou todinho, no início como era pouca gente que morava aqui, a gente cuidava e evitava jogar lixo no rio, mas foi chegando mais gente, então a gente não tinha mais controle, fora o esgoto, que ia direto pro rio”.



Figura 3: Aspecto da Comunidade São Rafael em 2002 Fonte: CPCC

Outro depoimento prestado por um antigo morador mostra como se fazia uso do rio:

Lembro que meu pai e minha mãe me trouxe para São Rafael junto com meus onze irmãos, começou a construir a casa de pouquinho em pouquinho, na época era casa de taipa, e o telhado era de folha de bananeira. A casa foi feita dentro da lama mesmo, isso tudo aqui era lama, as ruas todas de barro. No quintal lá de casa era o rio, como tinha problema de falta de água, a gente usava o rio pra tomar banho, pra cozinhar, lavar a casa.

Durante as conversas, quando tocava no assunto de ações do poder público, alguns até davam gargalhadas irônicas da situação e falavam sem nenhum receio que a comunidade não é alvo das ações do poder público, e que se não fosse a luta e união deles a comunidade não estaria tão desenvolvida, assim insatisfeitos com a ausência do poder público e com a situação precária do local onde residem, eles mesmo se juntam e mobilizam para alcançar o crescimento da comunidade, um exemplo citado por alguns moradores é que se algum patrimônio está com algum problema, os moradores se juntam, levam o problema para o CPCC e juntos tentam alcançar uma solução.

“Aqui a gente sempre se ajuda, até porque se a gente não se unir, não tem ninguém que faz por nós, a gente já esperou muito pelos políticos, eles só lembram da gente na época de eleições, durante as cheias, a gente ajuda o pessoal lá de baixo a retirar móveis, coloca eles dentro da casa da gente”.

Um dos moradores comentou: “A última coisa que eles fizeram aqui foi calçar essas ruas, e nem calçaram todas”. Sempre era visível o tom de indignação na voz deles, mas, ao mesmo tempo, tinham um olhar de superação, por conseguirem passar por situações difíceis desde o surgimento da comunidade, e hoje a comunidade apresenta um banco comunitário, e como eles mesmos dizem: “Antes a televisão, os jornais vinham aqui na São Rafael, por causa dos crimes, hoje eles vêm para visitar nossos projetos”.

Ao conhecer a comunidade percebe-se que é dividida em duas partes, a parte alta e a parte baixa, nomeada assim pelos moradores. A parte alta é caracterizada pelos moradores, como sendo aquela mais desenvolvida, com melhor infraestrutura, sendo ela toda asfaltada e com saneamento básico (Figura 4), já a parte baixa, é localizada a margem do rio Jaguaribe, é caracterizada por condições menos favoráveis, são aquelas casas que estão mais próximas ao rio, as ruas não possui asfalto, nem apresenta saneamento básico, deixando assim essa área totalmente alvo do esgoto aberto (Figura 5).



Figura 4: Parte alta da comunidade São Rafael em 2016. Fonte: Foto da autora



Figura 5: Parte baixa da comunidade São Rafael em 2016. Fonte: Foto da autora

Durante as conversas com os moradores da parte alta da comunidade os mesmos me informaram que apesar de morarem nas áreas mais estruturadas e não serem atingidas pelas enchentes sempre colaboram junto à Associação para mitigar as ações decorrentes das enchentes que atingem os moradores das regiões mais baixas, chegando mesmo a participarem de ações para preparar as casas para os períodos de chuva, bem como, ajudar retirada das águas e lama das mesmas após as inundações. Estas ações conotam um traço significativo de solidariedade entre os dois níveis que compõe a realidade da comunidade.

4.2 A COMUNIDADE SÃO RAFAEL E O RIO JAGUARIBE

O processo de periferização nas cidades provoca sérias consequências ambientais e também sociais, já que a maioria das vezes quem ocupa essas periferias é a população com baixo poder econômico, que se veem obrigada a ocupar essas áreas com total carência de estrutura, construindo suas casas em terrenos inadequados, sem nenhum planejamento urbano feito pelo poder público, colocando assim os moradores expostos ao risco ambiental. Como ALVES (2007) explica uma tendência dos grupos de baixa renda residirem em áreas com más condições de infraestrutura e em situações de risco e degradação ambiental, pois são as únicas áreas acessíveis a essa parte da população.

Ao aprofundar-me mais na minha pesquisa com os moradores da comunidade, e fazer perguntas sobre o rio Jaguaribe, o que primeiramente me chamou bastante atenção foi que praticamente todos os moradores da comunidade tem uma mesma visão sobre o rio, todos com que conversei lamentam muito que um recurso tão rico esteja se perdendo ou como alguns dizem, “Já se perdeu totalmente e não tem mais jeito.

Um dos moradores comentou de maneira bem triste, mas, ao mesmo tempo, conformado com a situação “Esse rio está morto, não serve mais para nada”, eles explicam que hoje o rio não tem mais nenhum tipo de utilidade, serve apenas para depósito de lixo, além de gerar um odor desagradável, esse tipo de comentário é repetido diversas vezes pelos moradores. Ao conversar com um grupo de senhores, que residem na comunidade por bastante tempo, um deles destaca:

Até 1994, a gente tomava água desse rio, aí começou a poluir. No começo a gente junto com a prefeitura, construiu um esgoto em meia dúzia de casas, e o resto ficou indo para o rio mesmo, mas os canos que a prefeitura colocou não aguentou, e começou a estourar, e a prefeitura não vinha mais, aí a gente mesmo começou a dar um jeito.

Nessa mesma oportunidade, outro morador acrescentou: “Esse rio aí era limpo demais, a gente via a areia embaixo os peixes, pegava camarão na mão, e era grande. Agora, não tem peixe, não tem mais nada, hoje em dia está podre, é um esgoto, só tem lama, é uma podridão. ” Essa é a visão da maioria dos moradores antigos, moradores que presenciaram a época em que o rio era ainda saudável eles lembram com um misto de nostalgia e tristeza os bons momentos de lazer e pesca no rio, o quanto esses momentos eram felizes.

Eles relatam que no início da ocupação da comunidade, o rio tinha uma grande quantidade de peixes que serviam para subsistência dos moradores, e, além disso, era usado como lazer, e as mulheres usavam também para lavagem de roupas. Com o decorrer do tempo o rio passou a ser vítima da poluição, e da liberação dos dejetos do esgoto, não só da própria

comunidade, mas também de comunidades vizinhas, e que ao longo do tempo a quantidade de animais existente ali, foi diminuindo até que hoje não se encontra nenhum peixe.

Eles dizem que a intensificação da poluição nessa porção do rio se deu na década de 1990, numa alternativa de remediar o problema do esgoto que corria a céu aberto, os próprios moradores construíram em suas casas um sistema de coleta de esgoto que desaguava diretamente no rio, no entanto por ser apenas uma estratégia temporária até que o poder público se mobilizasse, não atendia toda a comunidade. Apontam também uma parcela de responsabilidade da população, pois jogavam sucatas, móveis, pneus e outros objetos sem utilidade, contribuindo assim para degradação (Figura 6). Como relata SANTOS (2007) que as intervenções humanas realizadas ao longo da bacia hidrográfica são os grandes causadores de danos, a deposição de resíduos sólidos (lixo e materiais volumosos) nas margens dos rios é um dos agravantes pois podem ficar retido nos pilares das pontes, reduzindo a seção de escoamento ou o entupimento das canalizações.



Figura 6: Aspecto da Poluição próximo às margens do rio Jaguaribe. Fonte: Foto da autora

Para coletar mais informações sobre a influência do rio Jaguaribe no local, foquei mais em entrevistar os moradores da zona baixa da comunidade, são aqueles que tem uma relação mais direta com o rio, e são mais afetados pelas transformações ocorridas, principalmente nos períodos de enchentes. Em meu primeiro contato com essa área, me chamou muita atenção a tubulação de esgoto estourado que alagava a rua. Mais uma vez ficou nítida a diferença da estrutura entre a parte alta e parte baixa, nesta, as ruas não são calçadas e as casas se apresentam mais vulneráveis. Algumas construídas com pedaços de madeiras usadas, outras apenas com taipa e cobertas por lona. Assim a diversidade construtiva se dá de acordo com as

possibilidades de renda de cada morador, os que chegaram mais recentemente sujeitos à piores condições de moradia na região sujeita às enchentes (Figura 7).



Figura 7: Aspectos das casas as margens do rio Jaguaribe em 2016. Fonte: Foto da autora

Nessa área ainda existe esgoto aberto pelas ruas, o odor vindo desses esgotos e do rio é bastante desagradável, sendo assim fator de grande incômodo para os moradores, que ficam aborrecidos ao falarem dessa situação, se sentem totalmente esquecidos pelo poder público, apontam para o fato que este não faz nada pra melhorar a situação da moradia, assim uma moradora com tom de revolta falou: “Vão tirar a gente daqui já faz dez anos, mas a mentira é grande, eu mesmo não tenho fé de sair daqui mais não”, se referindo as promessas feitas há dez anos, de que o governo vai construir casas em outros lugares, e levar as pessoas que moram ali para morar em um lugar mais apropriado. Nesse mesmo contexto (CHAVES, LOPES, 2011, p.4) comenta:

De fato, os grupos sociais que apresentam um maior grau de vulnerabilidade social são os que não apresentam um poder de consumo mínimo, e a situação agrava pela falta de acesso aos serviços públicos básicos. A distribuição desigual dos serviços urbanos é um componente importante da vulnerabilidade socioambiental.

Percebi que nessa área da comunidade os moradores eram mais retraídos, então decidi chegar neles de forma mais cautelosa, e assim aos poucos eles começaram a revelar aspectos de sua vida naquela parte da comunidade. A primeira casa que entrei, era uma casa bem simples feita com tábuas e madeiras, assim que entrei o senhor que me acompanhava nas visitas me apresentou ao dono da casa, e sem entender direito o que eu estava fazendo ali, e pensou que eu era alguém da prefeitura, e ficou um pouco bravo me repreendeu “Quero saber quando vocês vão tirar a gente daqui, vocês dizem que vão tirar essas casas de perto do rio, e

da barreira, mas só faz mentir”, era bem nítido o tom de aborrecimento e indignação na voz dele, mas então expliquei que eu não era da prefeitura, e esclareci qual era o meu trabalho ali na comunidade, assim nos entendemos e começamos a conversar em frente a sua casa, depois foram chegando mais moradores na nossa roda de conversa, e ao saber do que se tratava nossa conversa, começavam a contar a realidade vivida por eles, muitos revoltados com aquela situação que vivem, e durante essa conversa surgiram vários depoimentos. “A gente mora aqui há muitos anos, já sofremos muito com as enchentes, essas casas aqui têm tudo as marcas da água e um monte de rachadura, vejo a hora dá uma chuva forte e essas casas não resistem”

Eles relatam que a vida naquela parte da comunidade não é fácil, e que não moram ali por um simples querer e sim por falta de opção, porque não conseguem pagar um aluguel em outro lugar, como uma moradora relatou “Aqui não é bom de morar não, mas mesmo assim tem gente que não quer sair daqui, porque não tem recurso pra ir pra outro lugar” e então pergunto se ela gostaria de morar na parte alta da comunidade e ela sem hesitar responde: “Qualquer canto é melhor do que aqui”.

A maioria das pessoas com quem conversei na parte baixa, quando questionadas sobre a influência do rio em suas vidas, a primeira ocorrência que eles relatam é que já sofreram demais com as enchentes, e falam dessa época com bastante tristeza, mas também com um tom de superação, por terem passado por tantas coisas, mas ainda estarem ali e com suas casas para morar.

Uma moradora comenta sobre como é morar perto do rio:

“É... a gente passa por vários problemas aqui, mas o pior mesmo é a enchente, quando o rio enche essas casas ficam todas alagadas, hoje ainda é bom, mas antes dava enchente que derrubava as casas até jacaré tinha, se todo ano limpasse o rio isso não acontecia”.

As enchentes chegavam a prejudicar bastante a estrutura das residências, como uma dona de casa relatou mostrando as rachaduras que tinha fora e dentro da sua casa “Quando o rio encheu pela última vez acabou com minha casa, rachou todinha. Hoje aqui a gente não sofre mais com as enchentes, mas há dois anos a água batia aqui” apontando para a cintura e as marcas de onde a água chegou à sua casa. Também comentou do risco que estava correndo morando ali, porque se tivesse outra enchente derrubaria a casa dela, e assim ela perderia a vida ou ficaria sem ter onde morar.

Além de afetar a estrutura das casas, as enchentes trazem consequências para saúde dos moradores, muitos ainda são vítimas de vários tipos de doenças, entre elas, a dengue, e a leptospirose que eram as mais comuns. Uma moradora destacou: “Tinha muita doença,

principalmente por causa da urina e das fezes dos ratos. Sempre que o rio enchia alguém adoecia de alguma coisa, era febre, eram as pessoas com coceira”. Eles mencionam que eram obrigados a passar por dentro da água, pra levar os filhos pra escola, pra ir trabalhar, não tinham como evitar, porque tinham suas obrigações diárias.

Essa mesma moradora fala que outro problema vivenciado nessas áreas, a presença de mosquitos: “É muito ruim esses mosquitos, toda hora, é muito ruim, fora o odor que chega a ser insuportável, tem dias que a gente não aguenta, isso é tudo por causa do esgoto que vai tudo pro rio”.

Durante as conversas com esses moradores, eles sempre apontavam pra quantidade de lixo ao redor do rio, e falavam que o odor vindo daqueles resíduos incomodava bastante, e que já não sabiam mais o que fazer para resolver aquela situação.

O que prestei bastante atenção na reação das pessoas dessa área, é que toda pergunta que eu fazia, eles respondiam como se já estivessem cansados por viver nessa situação, mas era evidente que esperavam algo melhor para suas vidas e de suas famílias, e faz muito tempo que esperam por essas mudanças, mas a única saída que eles têm, é continuar suportando as adversidades, porque como muitas pessoas disseram, “É melhor do que morar debaixo da ponte”. Essas pessoas são a maioria trabalhadores de baixa renda ou até mesmo desprovido de alguma remuneração, e estabelecem moradia no entorno do rio, em busca do direito de ter uma casa, e viver da maneira mais digna possível

4.3 SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE

A comunidade São Rafael vem passando por várias transformações, há aproximadamente dez anos atrás, a comunidade não contava com a presença de calçamento, saneamento básico, nem coleta de lixo, apresentava uma infraestrutura em péssimas condições. Uma senhora moradora que foi uma das primeiras a chegar na comunidade relata como era a comunidade logo quando chegou: “Aqui era só uma vila, a comunidade tinha só uma rua, e era de barro, e também só tinha uma entrada”.

Assim, com condições de habitabilidade extremamente precária os moradores começaram a ficar insatisfeitos com a péssima infraestrutura, e começaram a se mobilizar, buscando melhores condições, e vendo que era perda de tempo esperar por alguma ação do poder público, um grupo de pessoas da comunidade decidiu assim em 2005 criar um centro popular CPCC, com o principal objetivo de atender os interesses da população, e começou a promover ações de desenvolvimento comunitário, e assim iniciou-se um processo de mudanças na comunidade. E foi a partir dessa iniciativa, que esse grupo de pessoas, começou

a pressionar o poder público, em busca de melhorias para a condição de vida das pessoas que residem na comunidade. E assim começaram a convocar vereadores, deputados para reuniões junto com CPCC e também a população, e assim tornar a comunidade mais visível e relatar o que ela mais precisa para o seu desenvolvimento.

Uma moradora destacou:

De doze anos para cá nossa comunidade mudou a cara, com o CPCC aí que melhorou mesmo, principalmente a comunicação com os moradores, quem calçou isso aqui foi o CPCC que depois de muita pressão na prefeitura, conseguiu. Tudo hoje a gente corre pra lá, tem projeto pra criança, pra nós idoso, se a gente precisa de ajuda a gente fala mesmo ou através da rádio comunitária ou lá no CPCC.

Hoje logo que entramos na comunidade encontramos uma praça para o lazer dos moradores, a maioria das ruas com calçamento, já conta com a coleta de lixo, embora se torne mais difícil pelo fato das ruas serem bem estreitas, portanto não facilita a passagem do caminhão, e grande parte da comunidade já conta com um sistema de saneamento básico. Atualmente parte dos moradores conta com um sistema de saneamento básico, mas para 30% da comunidade o esgoto segue diretamente para o rio, e na parte baixa é onde ainda encontramos esgoto aberto, embora durante as visitas ainda me deparei com alguns esgotos abertos na parte alta da comunidade.

Quando perguntei sobre as melhorias da comunidade, um morador falou:

Quando cheguei aqui, essas ruas eram tudo barro, cheia de lama, o carro de lixo não passava, não tinha água, eu mesmo fazia minha sacolinha de lixo e jogava lá no rio. Agora tem calçamento, tem o carro do lixo todo dia, tem comércio, médico, padaria. Aqui melhorou muito na limpeza da comunidade, a gente tem que cuidar né, porque se a gente não cuidar a prefeitura não vem não.

Um aspecto bem interessante desta comunidade é a quantidade de projetos sociais desenvolvidos com a ajuda do CPCC como a rádio comunitária, que conta com a presença de 20 caixas de sons espalhadas pela comunidade, o projeto Fala Garotada que foi introduzido na comunidade com ajuda da ONG Amazona que atua na prevenção de Doenças sexualmente transmissíveis desenvolvendo ações voltadas principalmente para jovens e adolescentes.

A São Rafael também conta com uma padaria comunitária, que foi criada com objetivo de gerar renda e emprego para população local. Além desses projetos, existem mais outros vinte projetos voltados para a formação cultural, social e também ambiental da população local. Mas o projeto que me chamou mais atenção, foi o Banco Comunitário. A comunidade

conta com o seu próprio banco desde 2012, este tem sua própria moeda que se chama Orquídea. O principal objetivo desse banco é ajudar financeiramente as pessoas com pouca condição financeira, através da realização de empréstimos sem juros.

5 CONCLUSÕES

Como observado em vários estudos que foram expostos neste trabalho e durante toda essa pesquisa, sobre vulnerabilidade socioambiental, as áreas onde reside a população com menor poder aquisitivo são exatamente as mesmas áreas onde predominam os riscos ambientais e a ausência da atenção e investimentos do poder Público. Na comunidade São Rafael não é diferente, as pessoas que vivem lá vieram de vários lugares diferentes em busca de moradia de baixo custo, e assim não tiveram outra escolha, a não ser construir suas casas as margens do rio Jaguaribe, que com o decorrer do tempo e o aumento da população na comunidade foi sendo vítima da poluição.

Embora, hoje parte da comunidade já se encontre com melhores condições de moradia, outra parte dela precisa de bastante atenção e mudanças. Na parte baixa da comunidade, já não ocorrem mais enchentes, mas devido a poluição intensa do rio, e a presença de esgotos aberto os moradores vivem em um estado de grande vulnerabilidade e necessitam de uma relocação para casas mais resistentes e seguras ou até mesmo uma reforma na área em que vivem, como calçamento das ruas, criar um sistema de esgoto adequado para o local, e também reformas das casas dos moradores tornando-as mais seguras.

Espera-se que essa pesquisa venha contribuir para melhoria das condições de moradia da população da comunidade São Rafael, e também tornar visível que a comunidade além de sua vulnerabilidade, apresenta um povo que apesar das dificuldades, continuam persistindo e lutando para o desenvolvimento da comunidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**; vol.24 São Paulo 2010.

ALVES, Humberto; **Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.24, n.2, p. 301-306, jul./dez. 2007.

ALVES, Claudia; et.al; **Análise dos Processos de Expansão Urbana e das situações de Vulnerabilidade Socioambiental em escala Intra-urbana**; IV Encontro Nacional da anppas, 5 e 6 de junho de 2008.

ALVES, Humberto; et al. **Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

ALVINO, Adreilcy, et.al; **Desafios ambientais e estratégias para condução da investigação e programas de intervenção social**; Ambient. Soc. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2012.

BEGOSSI, Alpina 1993; **Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente**. INTERCIENCIA 18(1): 121-132.

CARTIER, Ruy; et.al; **Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental**; Cad. Saúde Pública vol.25 no.12 Rio de Janeiro dez. 2009.

CARVALHO, Ane; **Análise do processo uso e ocupação do espaço urbano: A segregação socioespacial e a vulnerabilidade socioambiental no setor habitacional Ribeirão/Porto Rico**. Brasília, 2012. 94 páginas. Monografia de Graduação (Disciplina Prática e Pesquisa de Campo II), - Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

CASTOLDI, Rafael; et.al; **Percepção dos problemas ambientais por alunos do ensino médio**; Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e sociedade, v, n.1, p 56-80,2009.

CHAVES, Lopes; **A vulnerabilidade socioambiental em Teresina, Piauí, Brasil**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011.

CORRÊA; **O espaço Urbano**. Resumo do livro O Espaço Urbano, de Roberto Lobato Corrêa Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995 .

CURUTCHET, Gustavo, et.al; **Degradación ambiental y periferia urbana: un estudio transdisciplinario sobre la contaminación en la región metropolitana de Buenos Aires**. Ambient. soc. vol.15 no.2 São Paulo May/Aug. 2012.

- DAMATTA, Roberto; **O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”**;
- DANTAS, Eustogio; COSTA, Maria Clélia. **Vulnerabilidade Socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade Socioambiental na região metropolitana de Curitiba**. Tese de doutorado em Meio ambiente e Desenvolvimento. UFPR, 2004.
- DUARTE, Filipe; **Segregação sócioespacial e distribuição desigual de riscos ambientais na cidade de Itaocara, RJ**; Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; 2009.
- ELLIOT, Paul; **Ecologia Política como etnografia: Um guia teórico e metodológico**; Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- ELISA, Maria; et.al; **Vulnerabilidade Socioambiental do Baixo Curso da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó, Fortaleza-CE**; Soc. & Nat., Uberlândia, 25 (2): 317-332, mai/ago/2013.
- FERNANDES, Fernando; **Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante**. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 1.ed.– Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.
- FUSHIMI, Melina; **Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares nas áreas rurais do município de Presidente prudente- SP**; Programa de Pós-Graduação em Geografia; Presidente Prudente 2012.
- GEERTZ, Clifford; **A interpretação das Culturas**; 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro LTC, 2008.
- GOMES, Meyrilane; **A reação da comunidade de São Rafael com sua rádio comunitária**; Revista Eletrônica Temática; 2008.
- JABER, Michele; TOMOKO, Michele; **Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil**; Ambient. soc. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2012.
- LITTLE, Paul; **A etnografia dos conflitos socioambientais: Bases metodológicas e empíricas**; Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas). Indaiatuba, Maio de 2004.
- MATTOS, Carmen; **A abordagem etnográfica na investigação científica**; UERJ, 2001.
- MARANDOLA, Eduardo; JOSEPH, Daniel; **Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia**; R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005.
- MENDONÇA, Francisco. **Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Ed. da UFPR, n.10, p.139-148, jul./dez. 2004.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1, 1998

NOGUEIRA, Kenia; **Relações entre a vulnerabilidade social e a fragilidade ambiental no litoral norte paulista: o caso dos municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba**; Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências; Campinas-SP 2011.

OLIVEIRA, Afonso; **O uso da etnografia como ferramenta para a pesquisa científica no direito: uma possibilidade para o futuro da produção jurídico científica brasileira**. Faculdade de Administração e negócios de Sergipe-Fanese-Aracaju-Revista do curso de direito –vol 4–Nº 1 –Setembro 2014.

OLIVEIRA, Francisco; **Degradação do meio físico e implicações ambientais na bacia do rio Jaguaribe - João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Pós-Graduação em Geociências, 2001.

PEREIRA, Hevelyne; et.al; **Localização e diagnostico da poluição do rio Jaguaribe através da deposição inadequada dos resíduos sólidos em seu leito e margens**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB. 2012.

RAMALHO, Deolinda; **Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos**. Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 1999.

SANTOS; **Vulnerabilidade ambiental. Desastres naturais ou fenômenos induzidos?** organizadora. – Brasília: MMA, 2007.

SANTOS, Rosangela; **Rádio Comunitária: um canal de expressão e participação do povo**; João Pessoa: UFPB, 2009.

SAMPAIO, Ricardo; CARPI, Salvador; **Risco ambiental: Conceitos e aplicações; Climatologia e Estudos da Paisagem Rio Claro - Vol.2 - n.2 - julho/dezembro/2007**.

SILVEIRA, Pedro; **Etnografia e questões socioambientais: Esboço de uma antropologia simétrica de paisagens**; Caderno de Estudos sociais- Reclie, v.23, 1-2 p 115-134 jan/dez 2007.

SOUZA, Geyzon; LEITE, Rodrigo; **Poluição do rio Jaguaribe**. Universidade Federal da Paraíba. Pró – Reitoria de Extensão. 2001.

TADDEI, Renzo; LAURA, Ana; **Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental**; Caderno Pedagógico Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

VELHO, Gilberto; **O desafio das cidades: Novas perspectivas da antropologia brasileira**; Rio de Janeiro, 1980.

